

Sumário

Capítulo 1 – Câmaras de Prevenção e Conciliação Administrativa de Conflitos e o Papel da Advocacia Pública..... 1

Leon Delácio de Oliveira e Silva

Leonardo Teles de Oliveira

Rafael de Lucena Falcão

1. Introdução.....	2
2. Dos métodos alternativos de resolução de conflitos.....	5
3. Alicerce legislativo e as soluções extrajudiciais dos conflitos.....	9
4. A Advocacia Pública como local adequado para implantação das câmaras administrativas de prevenção e resolução de conflitos.....	14
5. Conclusão.....	19
6. Referências.....	21

Capítulo 2 – Meios de resolução de controvérsias na nova lei de licitações.... 25

Bruno Carneiro da Cunha Almeida

Caio Felipe Caminha de Albuquerque

1. Introdução.....	25
2. Os meios alternativos de solução de controvérsias na nova lei de licitações.....	26
3. Limites objetivos à aplicação dos meios alternativos de resolução de controvérsias no âmbito do Poder Público.....	30
4. (Des)necessidade de previsão no edital para utilização de meios alternativos e possibilidade de aditamento contratual.....	33
5. Processo de escolha dos árbitros e dos membros dos dispute boards...	35

6. Conciliação e mediação de conflitos decorrentes de contratos administrativos.....	37
7. Arbitragem na resolução de conflitos oriundos de contratos administrativos.....	38
8. Os comitês de resolução de disputas (dispute boards) nas contratações públicas.....	40
9. Considerações finais	46
10. Referências	47

Capítulo 3 – Arbitragem e a Fazenda Pública..... 49

Thyago Luis Barreto Mendes Braga

1. Introdução.....	49
2. Justiça <i>versus</i> segurança jurídica: a ascensão da arbitragem.....	50
3. Arbitragem: um método constitucional e jurisdicional de solução de lides.....	61
4. Arbitragem e a Administração Pública direta (Fazenda Pública) e indireta	66
5. Arbitragem como instrumento de segurança jurídica a favor da Fazenda Pública	72
6. Considerações finais	80
7. Referências.....	81

Capítulo 4 – Considerações sobre a Possibilidade de Celebração de Negócios Jurídicos Processuais pela Fazenda Pública 85

Aderaldo Cavalcanti da Silva Júnior

1. Introdução.....	85
2. Negócios jurídicos processuais: aspectos gerais	86
2.1. Negócios jurídicos processuais típicos e atípicos	91

3. Momento de celebração dos negócios processuais.....	92
3.1. A regra do isolamento dos atos processuais e os negócios jurídicos processuais.....	95
3.2. Os negócios processuais e o direito processual intertemporal	96
4. Peculiaridades da Fazenda Pública nos negócios jurídicos processuais	97
4.1. Negócios processuais e as prerrogativas da Fazenda Pública.....	103
4.1.1. Negócio processual e as intimações da Fazenda Pública.....	103
4.1.2 Negócio processual e o pagamento via precatório ou requisição de pequeno valor	104
4.1.3. Negócio processual e o juízo privativo da Fazenda Pública..	105
5. Dispensa da remessa necessária por negócio processual	105
6. Considerações finais	107
7. Referências.....	108

Capítulo 5 – Autocomposição na ação de improbidade administrativa: requisitos mínimos para transação e perda da legitimidade da Administração Pública 111

Marcel Gomes de Sousa Bezerra

Alynnne Menezes Brindeiro de Araújo

1. Introdução.....	111
2. Evolução histórica.....	112
3. Legitimação da Administração Pública para propor a transação nos casos de Improbidade Administrativa e a alteração legislativa.....	116
4. Critérios procedimentais do Acordo de Não Persecução Civil (ANPC) ...	121
4.1. Dissenso acerca dos requisitos para a celebração do acordo	121
4.2. Quanto ao momento para a celebração do acordo	129
4.3. Controle judicial do acordo.....	133
5. Considerações finais	135
6. Referências	136

Capítulo 6 – Processos Estruturais como Meio Adequado de Resolução de Litígios Complexos: uma Análise sob a Ótica dos Termos de Ajustamento de Conduta Firmados pelo Município de João Pessoa141

Ana Maria Fernandes de França Alves

Mateus Scipião Moura

Tháís Ferreira Viturino Boueres

1. Introdução.....	141
2. O processo estrutural: conceito e aplicabilidade no Direito brasileiro	143
3. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como espécie de processo estrutural apto à solução dos litígios estruturais	147
4. Estudo de caso: Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado pelo Município de João Pessoa como meio de resolução de conflito complexo	153
5. Considerações finais	159
6. Referências	160

Capítulo 7 – Desjudicialização das Desapropriações 165

Leon Delácio de Oliveira e Silva

Caio Felipe Caminha de Albuquerque

1. Introdução.....	165
2. Os meios alternativos de resolução de conflitos na fase administrativa da desapropriação	167
3. Considerações finais	171
4. Referências	172

**Capítulo 8 – Averbação Pré-Executória pelos Entes Subnacionais
à Luz do Julgamento das ADIN’S N° 5881, 5886, 5890, 5925, 5931 e 5932
pelo Supremo Tribunal Federal175**

André Borges Coelho de Miranda Freire

Lucas Sampaio Muniz da Cunha

1. Introdução.....	175
2. Averbação pré-executória: conceito e constitucionalidade conforme decisão do Supremo Tribunal Federal	176
2.1. Da constitucionalidade da averbação pré-executória	179
2.2. Da inconstitucionalidade da indisponibilidade pré-executória	181
3. Natureza e extensão da previsão legal: competência dos entes subnacionais para legislar sobre a matéria	184
4. Conclusão.....	186